

**ATA**

No primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e catorze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceu a Vereadora Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Técnica Superior, Marta Sofia das Neves Ribeiro Cunha. -----

Pelas 15.15 horas foi declarada aberta a reunião após um compasso de espera pela chegada do Vereador Ricardo Araújo. ---

-----ORDEM DO DIA-----**-----DELIBERAÇÕES-----**

CÂMARA - ALTERAÇÃO DA DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO NAS COOPERATIVAS: A OFICINA – CENTRO DE ARTES E MESTERES TRADICIONAIS DE GUIMARÃES, CIPRL; TEMPO LIVRE – CENTRO COMUNITÁRIO DE DESPORTO E TEMPOS LIVRES, CIPRL E FRATERNA – CENTRO COMUNITÁRIO DE SOLIDARIEDADE E INTEGRAÇÃO SOCIAL, CIPRL – Presente a seguinte proposta:

“Com o início do novo mandato autárquico, foi necessário designar, nos termos dos respetivos Estatutos, os representantes do Município nos órgãos sociais das diversas entidades em que o Município detém participação. Entretanto, e na sequência do entendimento do Tribunal de Contas nesta matéria vertido nos

recentes acórdãos recebidos deste órgão de soberania, relativos aos procedimentos concursais em que são adjudicatárias as Cooperativas "A OFICINA" – Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL, a TEMPO LIVRE – Centro Comunitário de Desporto e Tempos Livres, CIPRL e a FRATERNA – Centro Comunitário de Solidariedade Social, CIPRL, e por uma questão relacionada com a possibilidade de pleno exercício do direito de voto nas deliberações tomadas no órgão executivo, entende-se conveniente substituir alguns dos representantes do Município que são, simultaneamente, membros do órgão executivo e dos Conselhos de Administração e Direção daquelas entidades, o que os coloca numa situação de impedimento para aquele efeito. Nesta conformidade, ao abrigo do disposto na alínea oo), do nº 1, do art.º 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho: 1 – Que, de acordo com o n.º 1 do art.º 55.º do mesmo diploma legal, a designação dos elementos constantes do ponto 2 da presente proposta seja votada no seu conjunto. 2 – Que seja designado: 2.1. – Para Presidente da Direção da "A OFICINA" – Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL, Frederico Oliveira Magalhães Queirós, licenciado em Gestão Financeira, atual diretor executivo desta Cooperativa; 2.2. – Para Presidente da Direção da TEMPO LIVRE – Centro Comunitário de Desporto e Tempos Livres, CIPRL, Aníbal António Carvalho Santos Rocha, licenciado em Engenharia Civil, atual diretor executivo desta Cooperativa; 2.3. – Para Presidente da Direção da FRATERNA – Centro Comunitário de Solidariedade Social, CIPRL, Marta de Abreu Coutada, licenciada em Relações Internacionais, pós-graduada em Gestão de Projeto em Parceria e em Educação para o Desenvolvimento, diretora do Departamento de Qualificação, Formação e Desenvolvimento Social da "Sol do Ave".



DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR O PONTO 1. DELIBERADO POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR O PONTO 2, com seis votos a favor e quatro votos em branco. -----

PROTOCOLOS - PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TRIPARTIDO ENTRE A UNIVERSIDADE DO MINHO, O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES E A AGÊNCIA PARA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA COM VISTA À INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE UMA UNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA AMA EM GUIMARÃES – Presente,

para aprovação, a minuta do Protocolo de Cooperação Tripartido a celebrar entre a Universidade do Minho, o Município de Guimarães e a Agência para Modernização Administrativa (AMA), estabelecendo os termos da colaboração entre os signatários com vista à instalação em Guimarães de uma Unidade de Desenvolvimento da AMA, destinada a desenvolver projetos na área do Governo Eletrónico. A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Votamos com muita satisfação a proposta de celebração de um protocolo em que a Câmara Municipal de Guimarães, e, em particular, o seu Presidente, teve particular e profícua intervenção em negociações discretas e duradouras mantidas com a Universidade do Minho e a Agência para a Modernização Administrativa e que se traduzirá na instalação, em Guimarães, agência para a unidade de desenvolvimento da AMA em Guimarães, facto que reputamos da mais alta relevância. Trata-se de equipamento fundamental numa

área para nós prioritária – o conhecimento- única via de assegurarmos um caminho seguro rumo ao futuro. A ligação estreita e cúmplice do Município com a Universidade do Minho complementa-se com trabalho mútuo que, estamos certos, prosseguirá, ajudando a manter fortalecida a relação investigação / conhecimento / economia e indústria, meio indispensável a introduzir na economia os fatores indispensáveis ao desenvolvimento. Mais nos congratulamos, em especial, por ficar este equipamento instalado num edifício adquirido e recuperado pelo Município na Zona de Couros, que queremos ver como Património Mundial, onde tem havido o esforço municipal de adquirir vários outros edifícios, com o pressuposto de olhar pelo futuro e criar condições para investimentos indispensáveis na área da cultura, ensino, investigação e conhecimento, que fazem a nossa diferença enquanto comunidade, que permite ter aqui equipamentos desta natureza e que já não são uma questão do futuro mas do presente. A ligação destas valência e equipamentos à economia é hoje uma realidade que não podemos dispensar. Por último, regozijámo-nos pela circunstância deste protocolo e a instalação desta agência neste edifício, merecer o acordo de todos, mesmo daqueles que tanto criticaram e continuam a criticar investimentos na cultura e conhecimento, em edifícios para instalar equipamentos culturais e em tudo o que vem sendo feito nesta importante área de atuação. Foi assim com o Centro Cultural Vila Flor, com a Plataforma das Artes, agora com este caso, amanhã, quem sabe, até com a Garagem Avenida, situada junto ao Teatro Jordão. De como os mais críticos, de início, se transformam nos maiores paladinos, a final - eis um programa que já vimos repetido em várias situações e também agora. -----
Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e



Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**:
"Neste ponto é-nos proposto para deliberação um protocolo entre a Universidade do Minho e a Câmara Municipal, com o Governo de Portugal. Mas muito mais do que isso, trata-se da instalação de uma importante unidade da Agência para a Modernização Administrativa (AMA), concretamente a unidade de investigação, em Guimarães. Os vereadores PSD-CDS não podem deixar de fazer notar, e agradecer, a relevância do Governo de Portugal estar a apostar inequivocamente em Guimarães. São cada vez mais notórias as medidas concretas de descentralização, medidas essas que sobretudo beneficiam Guimarães. A AMA é uma unidade governamental, pelo que apenas o Governo pode decidir onde a instalar. Procurar escamotear esta realidade é um fraco serviço que se presta a Guimarães. Esta unidade é ainda a concretização material da instalação em Guimarães do Instituto da Universidade das Nações Unidas. Algo porque o PSD sempre batalhou, como estas atas bem documentam, designadamente a ata da reunião de 21.10.2010 que mais do que qualquer verborreia episódica, atestam o que a verdade dos factos não permite ocultar. Por isso consideramos que o Município de Guimarães, no seu todo, e fosse qual fosse o Governo a tomar tal decisão, deveria estar grato por uma tal decisão. Como a nossa gratidão não é de circunstância nem sobretudo é orientada por orientações político-partidárias, votamos favoravelmente este ponto, como votaríamos com a mesma efusividade se o Governo fosse de uma outra cor política."

Pelas 15:30 ausentou-se o Vereador José Bastos. -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE
PARECER PRÉVIO - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE
DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES CULTURAIS -
ABERTURA DE PROCEDIMENTO -** Presente a seguinte

informação dos Serviços da Divisão de Contratação Pública e Gestão de Financiamentos: "Submete-se para aprovação superior o pedido de parecer prévio, ofício convite e caderno de encargos, anexos, e a abertura do presente procedimento, nos seguintes termos: **Objeto:** Aquisição de serviços de desenvolvimento de atividades artísticas, culturais, socioculturais e de formação, de interesse público, no Município de Guimarães (junho a setembro de 2014). **Preço base:** 813.000,00+ I.V.A. (23%). **Classificação económica:** 020225. **Plano:** 2.5.1.20. **Procedimento:** Propõe-se a adoção do ajuste direto, previsto na alínea c), n.º 1, artigo 24.º do Código dos Contratos Públicos e a respetiva aprovação do Júri abaixo mencionado. **Entidade competente para adjudicar:** Município de Guimarães. **Fornecedor a consultar:** A Oficina – Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL. **Audiência prévia:** Está dispensada a audiência prévia e a elaboração dos relatórios preliminar e final, de acordo com o n.º 2, artigo 125.º do Código dos Contratos Públicos." Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo. -----
O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Votamos a favor da proposta que mereceu o número três da Ordem de Trabalhos, única posição consentânea com as que vimos assumindo desde sempre e que vem possibilitando um modelo de gestão que, reconhecidamente,



assegurou um padrão de eficiência e exigência invulgarmente elevados nas diversas áreas em que intervêm as Cooperativas com capital maioritariamente Municipal, desde a área cultural, à área social, de desporto e lazer, etc. Das razões da sua fundamentação resulta muito clara a necessidade de evitar um período de vazio posterior à data de cessação dos efeitos da adjudicação à Cooperativa A Oficina (através do Concurso Público 10/2013) das atividades artísticas, culturais, sócio culturais e de formação, de interesse público no Município de Guimarães, nas áreas das artes plásticas e performativas, teatro, música, dança, digital, festividades tradicionais, indústrias culturais e criativas, utilizando e gerindo os imóveis e equipamentos municipais destinados à atividade cultural. Guimarães é um concelho onde estas atividades ganharam notoriamente uma importância capital e este é o modo de melhor assegurar a prossecução do interesse público no atual quadro legal e contratual. A necessidade de dar continuidade, por período de tempo limitado, à prossecução destas atividades pela entidade que concorreu e à qual foram adjudicadas aquelas tarefas -em concurso público internacional, recorde-se resulta de regras de puro bom senso – para um período de tão curta duração faz todo o sentido, e ganha-se em eficiência, com a continuação da entidade prestadora destes serviços. Acresce que não se desconhecem os constrangimentos de ordem legal criados pela Lei nº 50/2012, a chamada Lei Relvas, uma lei impensada, irracional e aventureira que se apressa a destruir sem prever – em simultâneo- soluções alternativas, esquecendo que dos efeitos diretos de destruição decorrentes da sua aplicação pode resultar o fecho imediato de cooperativas municipais e empresas municipais, com o imediato despedimento de centenas de funcionários cujo futuro foi totalmente esquecido. Os constrangimentos da atividade

interpretativa da legislação em vigor - ultimamente traduzidos no recente Acórdão nº 23/2014 do Tribunal de Contas que ainda não transitou em julgado- não são desconhecidos do Município, que irá recorrer a todas as instâncias, nacionais ou internacionais, para as quais puder apelar no sentido de obter uma solução que ultrapasse os difíceis obstáculos criados. O Município esgotará todos os meios ao seu alcance deixando sempre sempre em aberto, a luta pela revogação da Lei 50/2012. Manteremos sempre a defesa de que uma cooperativa em que o Município detém 84,11% do capital com votos correspondentes a esse capital, é uma empresa municipal ou deve ter um tratamento jurídico similar. De todo o modo, até pela insegurança jurídica criada pela Lei 50/2012, este é o meio adequado a servir os fins totalmente legítimos e necessários em apreciação na proposta. Por último, não pode deixar de se repudiar a atitude mantida pela Coligação Juntos Por Guimarães na reunião de Câmara – A vingar o seu voto a Cooperativa A Oficina seria extinta nesse mesmo dia com despedimento imediato dos seus funcionários e sem qualquer solução alternativa. Para quem publicamente diz preocupar-se com os trabalhadores das Cooperativas Municipais só resta um comentário – sem comentários. -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Aquilo que a Câmara propõe com este ajuste direto à Oficina é difícil de compreender. No início desta mesma semana, foi publicado o acórdão nº 25/2014 do Tribunal de Contas. Acórdão esse que recusava expressamente negócio idêntico àquele que a Câmara agora propõe para deliberação. Este é um momento em que as considerações jurídicas prevalecem sobre as políticas, porque é enorme a responsabilidade de quem propõe algo a que



sabe antecipadamente que o Tribunal de Contas recusará visto. E com essa postura os vereadores PSD-CDS não podem pactuar. Nós acreditamos firmemente no Estado de Direito e na sua forma de funcionamento. E mais do que acreditar, respeitámo-lo! A partir do momento em que são submetidos para apreciação contratos que se sabe serem ilegais, o executivo fica constituído em responsabilidades, designadamente financeiras, com as quais não seremos solidários. Trata-se de um ato inútil e tivera já transitado o acórdão do Tribunal de Contas seria praticamente um ato de desobediência. Acresce a isto o seguinte: Como é possível perceber-se que a Câmara tenha aberto um concurso público – neste caso o concurso público nº 10/2013 – ou seja, tenha feito um consulta ao mercado para estes mesmos serviços, no pressuposto naturalmente de que presume a existência de um “público” de potenciais interessados, e depois pretende fazer aprovar um ajuste direto, justificado na circunstância de não haver alternativa?? Mais do que estranho é absolutamente contraditório. Querer-se aprovar um ajuste direto para serviços sob o argumento de para os mesmos não haver alternativa, sendo que para a prestação destes mesmos serviços se lançou mão da figura do concurso público, figura que existe precisamente quando existem diversas alternativas de concorrentes e interessados. São todas estas contradições insanáveis e esta postura titubeante que leva a que este processo se mantenha sem solução à vista e com um acumular de erros que apenas colocam em causa a segurança dos trabalhadores e das cooperativas em causa. Para além de tudo quanto vai dito, temos votado desfavoravelmente desde o início deste processo, o que por si só mereceria, em coerência a adoção do mesmo sentido de voto. Mas acresce nesta circunstância que nos parece particularmente censurável a postura que a Câmara

pretende assumir com a colocação deste ponto, neste momento, isto é, após conhecimento do teor acórdão nº 25/2014 do Tribunal de Contas (embora, reiteramos, não tenha ainda transitado), razões porque votamos contra.” -----

Pelas 15: 59 regressou o Vereador José Bastos. -----

Pelas 16:00 ausentaram-se os Vereadores António Monteiro de Castro e José Torcato Ribeiro. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – PLANO OPERACIONAL E ACOMPANHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DA CASA DA MEMÓRIA - Presente a seguinte informação dos Serviços do

Departamento de Cultura, Turismo e Juventude: “**Objeto: A)** Estudo de enquadramento, estratégia, programa e modelo de gestão do projeto Casa da Memória, compreendendo: a) Antecedentes e Contexto - Com base nos documentos e estudos já existentes sobre o projeto Casa da Memória, realização de uma análise de todo o processo de trabalho já realizado, tendo em conta, em particular, a exequibilidade da sua operacionalização face aos constrangimentos temporais (resultantes dos calendários de execução da candidatura do projeto a fundos comunitários), técnicos e orçamentais; b) Modelo Estratégico - A partir do trabalho já realizado, desenvolvimento de proposta de desenho estratégico do projeto, nomeadamente a sua Visão, Missão, Valores e Objetivos Estratégicos; c) Programa Operacional - Elaboração do Programa que organize os diferentes espaços, conteúdos e atividades permanentes da Casa da Memória, de acordo com o Projeto já proposto e conforme a “Análise de Antecedentes e Contexto” referida em a); Este documento deverá integrar (a) Plano Expositivo, (b) Plano de Mediação Comunitária, (c) Plano para Investigação e Documentação e (d) Plano de



Comunicação; d) Modelo de Gestão - Identificação do modelo organizacional mais adequado, dos perfis dos recursos humanos e técnicos a afetar ao projeto e do modelo da sua articulação com os restantes equipamentos culturais do município. e) Boas Práticas - Identificação de Boas Práticas em projetos congéneres, realizados em Portugal ou no estrangeiro, e cuja metodologia possa servir de referência ao projeto. **B) Acompanhamento da implementação** - Com recurso a equipa que inclua especialistas nas áreas de Curadoria, Museografia, Mediação de Públicos, Gestão e Programação Cultural, assegurar o acompanhamento permanente da implementação do projeto, incluindo o apoio à seleção dos bens e serviços a adquirir, o apoio à identificação de potenciais fornecedores e o acompanhamento próximo de todas as fases de produção e instalação de equipamentos técnicos e recursos expositivos. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretende contratar requer conhecimentos, formação especializada e experiência em Curadoria, Museografia, Mediação de Públicos, Gestão e Programação Cultural; De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril e dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição

de serviços, considerando os seguintes parâmetros: 1. a) O objeto do contrato é a elaboração do Plano Operacional e o Acompanhamento da implementação da Casa da Memória, concretamente: Estudo de enquadramento, estratégia, programa e modelo de gestão do projeto Casa da Memória; Acompanhamento da implementação de conteúdos; b) A despesa anual estima-se em €55.000,00 acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 2.5.1.22, correspondente ao ano de 2014. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 20º do Código dos Contratos Públicos, convidando-se as seguintes entidades: - GESTLUZ Consultores de Gestão, Lda.; - ARTSHARE - INVESTIGAÇÃO, TECNOLOGIA E ARTE, LDA; INFEIRA, GABINETE DE CONSULTADORIA, LDA; - OPIUM LDA. e) Não existe relação ou participação entre as eventuais contrapartes supra identificadas e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) A entidade a contratar deverá ter regularizadas as suas obrigações fiscais e com a segurança social. **4. Repartição de encargos - 1.** Mais se propõe a aprovação da seguinte repartição de encargos, calculada em função da estimativa de início dos trabalhos: 1 de outubro a 31 de dezembro de 2014: €23.571,50 + IVA; 1 de janeiro a 30 de abril de 2015: €31.428,50 + IVA; 2. Por motivo da urgência de que se reveste esta prestação de serviços, uma vez que a sua efetivação é essencial ao cumprimento dos prazos implicados no financiamento europeu contratado, propõe-se ainda que a referida repartição de encargos seja presente à próxima sessão do órgão deliberativo, para ratificação.” O caderno de



encargos dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.**

Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima e Ricardo Araújo. O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Votamos a favor da proposta que mereceu o número quatro da Ordem de Trabalhos, pela razão clara e singela de que a contratação descrita se mostra indispensável a equacionar o trabalho de Desenvolvimento das Atividades Culturais que se pretende para a Casa da Memória. Trata-se de dar seguimento a um projeto e a um processo no qual o Município manteve sempre um rumo definido, embora tenham surgido no percurso obstáculos que não eram previstos, não do lado da Câmara Municipal nem de sua responsabilidade - que lhe não poderiam ser imputadas a nenhum título - mas por constrangimentos conhecidos, do domínio público, relacionados com o parceiro neste projeto, a Sociedade Martins Sarmento. Por nossa vontade estas etapas estariam já verificadas, mas, não tendo sido possível antes, são-no agora, de acordo com um rumo que nunca nos mereceu qualquer dúvida."-----

Os Vereadores André Coelho Lima e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Os vereadores da Coligação "Juntos por Guimarães" em reunião de Câmara de 1 de Agosto de 2014, no ponto referente ao Pedido de Parecer prévio – Plano Operacional da Casa da Memória, questionaram o Executivo Socialista sobre o papel da Sociedade Martins Sarmento no presente e futuro deste projeto, considerando que a entidade Vimaranesse desempenha desde o início um papel âncora e

estratégico no desenvolvimento e implementação da Casa da Memória. O Vereador Ricardo Araújo questionou ainda a necessidade de contratar este serviço a uma empresa, perguntando se não deveria escolher-se a SMS para dar continuidade ao trabalho já efetuado anteriormente. Mais se acrescentou que se estranhava a necessidade de encomendar um estudo para definir o enquadramento, a estratégia, incluindo visão, missão, valores e objetivos estratégicos, aspetos que já deveriam nesta fase estar devidamente definidos. Foi ainda manifestada preocupação pelo facto de no caderno de encargos se referir pretender “elaborar uma análise de todo o processo de trabalho já realizado, tendo em conta, em particular, a exequibilidade da sua operacionalização face aos constrangimentos temporais”, defendendo que se deve assumir claramente a execução do projeto dentro dos prazos previstos. Mais uma vez, a Câmara Municipal manifestou uma certa desorientação em relação ao futuro deste equipamento projetado para a Capital Europeia da Cultura. Pelo exposto, os Vereadores da Coligação “Juntos por Guimarães” abstiveram-se na votação.” ----

Pelas 16:10 regressaram os Vereadores António Monteiro de Castro e José Torcato Ribeiro. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE SOM PARA A FEIRA AFONSINA 2014 -

Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Cultura, Turismo e Juventude: “**1. Objeto:** Aquisição de serviços de Som e Luz para a conceção e realização de dois espetáculos de contextualização temática para a Feira Afonsina, nos dias 19 e 20 de Setembro com ensaios a 17 e 18. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas ao serviço pretendido requer conhecimentos técnicos



especializados no desenho de iluminação e de som, bem como uma perfeita articulação com o guião do espetáculo, pelo que é indispensável consulta ao mercado a empresas especializadas para o efeito, sugerindo consulta às seguintes empresas: Audiorent; Audioglobo; Decibel; FM – Formato Musical. Não foi solicitada informação à Divisão de Recursos Humanos nem consultada a Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), uma vez que a execução das tarefas associadas ao serviço que se pretende contratar requer, para além de conhecimentos, formação especializada e experiência em ambientação cenográfica, bem como todo o equipamento indispensável à projeção de som e luz e respetiva operação.(cfr. art.º 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro), não se enquadrando, por isso, em qualquer situação passível de recurso ao quadro de pessoal, a recrutamento ou a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público; Trata-se de realização de trabalho não subordinado. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril e dos nºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a aquisição de serviços de Som e Luz para a conceção e realização de dois espetáculos de contextualização temática para a Feira Afonsina, nos dias 19 e 20 de Setembro e respetivos ensaios a 17 e 18. b) O valor base do serviço é de €7.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 3.4.2.07.2009.” O caderno de encargos dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----
A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE,
APROVAR A ATA EM MINUTA. -----
PELAS DEZASSEIS HORAS E QUINZE MINUTOS O
PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A
REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A
PRESENTE ATA. -----